

## **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO MECANISMO MITIGADOR DA POBREZA E INDIGÊNCIA**

Uyara de Salles Gomide  
Orientador: Sílvia Harumi Toyoshima

Os programas de transferência de renda vêm sendo adotados continuamente no Brasil desde a década de 1970. Na segunda metade dos anos de 1990, novos programas foram criados visando erradicar a pobreza e a desigualdade. Muito se tem discutido sobre os programas de transferência direta de renda adotados em todo o mundo, e, o programa Bolsa Família no Brasil, tem sido alvo de um intenso debate na área acadêmica. É uma continuidade do programa Bolsa Escola introduzido no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1996. Sua elaboração, em 2003, foi feita a partir da junção de uma série de programas preexistentes tendo como base, principalmente, o programa de renda mínima vinculado à educação, Bolsa Escola. Atualmente, beneficia mais de 11 milhões de pessoas. O programa Bolsa Família tem como objetivos chave o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, através do alívio imediato da pobreza e da elevação do acúmulo de capital humano e da saúde. O presente trabalho procurou verificar a eficiência do programa quanto ao atendimento às famílias mais carentes da sociedade brasileira e à redução da pobreza e indigência como um todo. Para isso, foi realizada a caracterização das regiões brasileiras, de acordo com alguns índices, e calculada a correlação entre a incidência de pobreza e indigência e os montantes transferidos pelo programa, a fim de salientar as regiões mais carentes e verificar a eficiência do programa quanto à transferência de recursos em função das necessidades das regiões brasileiras. Posteriormente, utilizou-se o modelo de análise discriminante para definir as variáveis que mais contribuíram na caracterização de grupos quanto aos níveis de pobreza. Verificou-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores proporções de pobres e indigentes e obtiveram os piores resultados nos demais indicadores, devendo ser, portanto, priorizadas quanto ao atendimento do programa. De acordo com o cálculo das correlações, os montantes transferidos são distribuídos proporcionalmente à incidência de

pobreza e indigência nos estados. A partir do modelo de análise discriminante utilizado, obteve-se como variáveis que melhor discriminam os grupos, o valor total do benefício pelo número de pobres e nível de escolaridade. Conclui-se, portanto, que as medidas implementadas pelo governo, por meio do programa Bolsa Família, e de suas condicionalidades, pode contribuir para a redução dos indicadores de pobreza e indigência em todo o Brasil.